

Os debates sobre a radiodifusão nas Convenções Gerais das Assembleias de Deus no Brasil¹

André Dionei Fonseca*

Resumo

Inúmeras pesquisas no Brasil trataram do uso do rádio por instituições religiosas tanto na Igreja Católica como no ramo protestante e pentecostal. Todavia, são poucos os estudos em história que analisaram a radiodifusão numa das mais importantes instituições pentecostais brasileira: a Igreja Assembleia de Deus. Assim, com amparo metodológico em estudiosos que têm se preocupado em aproximar a história das religiões à história das técnicas, sobretudo o historiador francês Michel Lagrée, neste trabalho analisamos os debates sobre a radiodifusão nas Convenções Gerais das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB).

Palavras-chave: Religião. Radiodifusão. Assembleia de Deus.

Introdução

Em 1999 o historiador Michel Lagrée apresentou ao público francês um livro cujo título evidenciava a ousadia da proposta: *La bénédiction de Prométhée: religion et technologie*.² Conforme expressou Jean Delumeau em prefácio à obra de Lagrée, a abordagem do trabalho é inovadora, sobretudo por se lançar no desafio de aproximar a história das religiões à história das técnicas, ambas tão segregadas, pelo menos, nos dois últimos séculos, em que

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD); bolsista Capes; membro do Grupo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: andredionei@yahoo.com.br

¹ Versão deste trabalho foi apresentada no IV Congresso Internacional de História realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM) em 2009. Agradeço, dessa forma, aos estudantes e professores que contribuíram com sugestões que dentro do possível foram acrescentadas neste estudo.

vários trabalhos se ocuparam em apontar os possíveis confrontos entre religião e modernidade.³

Em seu estudo, Michel Lagrée analisou os conflitos que gravitavam em torno da incursão de novos aparatos tecnológicos no cotidiano religioso do período de vigência do catolicismo ultramontano.⁴ Para o autor, tais problemas surgiriam com as inovações tecnológicas na agricultura, na pesca, com a difusão de novas fontes de energia, com a evolução dos transportes e, principalmente, dos meios de comunicação e das técnicas de transmissão. Segundo Lagrée, a tipografia, as técnicas de duplicação, de reprodução de imagens (com a fotografia e o cinema), o telégrafo, o telefone (principalmente no que se refere ao seu uso na confissão), os sistemas de armazenamento de som (gravação), o rádio, a telegrafia sem fio e a televisão foram catalisadores de enormes polêmicas entre clérigos e intelectuais do período ultramontano.⁵

Nesse caso, entretanto, conforme Lagrée, essas técnicas de informação, de comunicações e de transmissões foram não só gradativamente aceitas pela Igreja (como ocorreu com as demais técnicas), mas sofreram uma forte apropriação por serem extremamente úteis, tanto na organização institucional quanto na evangelização. É o caso do rádio, sobre o qual Michel Lagrée iniciou sua análise com a seguinte indagação: “Como o clero reagia diante da radiodifusão?”⁶ A resposta indicada pelo autor demonstra que o ataque à nova tecnologia gradualmente perdeu força diante das potencialidades encerradas na radiofonia: “Não nos surpreenderemos

ao encontrar os três momentos habituais: a crítica e a imprecisão contra ameaça moral, a organização em resposta, e, enfim, a instrumentalização do objeto técnico a serviço de uma perspectiva cristã.”⁷

Ainda que os limites do estudo de Lagrée estejam circunscritos, especialmente, ao espaço de língua francesa, o autor não deixou de citar o desenvolvimento das rádios católicas na América Latina chamando atenção à necessidade de pesquisas sobre a relação da Igreja latino-americana com este meio de comunicação. Em suas palavras:

O verdadeiro reino do rádio católico, na década de 1950, parece, no entanto ter sido na América Latina. A Radio Chilena transmitia desde 1953 no Chile, o Brasil possuía duas estações católicas desde 1956. A Bolívia tinha a Rádio Fides e a Rádio Loyola, o Equador, a Radio Catholica del Ecuador; a Venezuela e o Paraguai eram igualmente equipados. A mais conhecida era a Radio Suttatenza, na Colômbia.⁸

Mesmo que a presença católica no rádio tenha sido marcante na América Latina, conforme apontaram diversos estudos,⁹ outros grupos religiosos latino-americanos também não demoraram a reconhecer as potencialidades do rádio, como, por exemplo, os protestantes e os pentecostais.¹⁰ Assim, este trabalho tem por objetivo analisar os debates sobre a radiodifusão nas Convenções Gerais das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB),¹¹ pois, mesmo que se tenha conhecimento do pioneirismo da Assembleia de Deus no uso do rádio em seus serviços de evangelização, pouco se conhece sobre a desconfiança inicial da

cúpula assembleiana em relação ao rádio e às discussões que a situação de indecisão sobre o uso ou não dessa tecnologia fomentaram nas CGADBs.

A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)

A Igreja Assembleia de Deus foi fundada no Brasil por dois missionários suecos (Daniel Högberg e Gunnar Adolf Vingren), que, expulsos da Igreja Batista de Belém do Pará no ano de 1910 (por rixas doutrinárias), fundaram a “Missão da Fé Apostólica” que viria a se chamar em 1914 de Igreja Assembleia de Deus.¹² Depois de sua fundação, a Assembleia de Deus cresceu grandemente durante as décadas de 1920, 1930 e 1940, crescimento que até meados da década de 1920 se concentrou nas regiões Norte e Nordeste, mas que a partir de 1925 alcançou vários estados brasileiros.¹³

Conforme afirma Antonio Gouvêa Mendonça, “da experiência da posse do Espírito Santo com o sinal da glossolalia [a Assembleia de Deus percorreu] um longo caminho de institucionalização até chegar [...] a ocupar o lugar de maior igreja evangélica do Brasil”.¹⁴ O início dessa institucionalização deu-se no momento de grande aumento de igrejas por variados estados da federação e também de crescimento do movimento pentecostal no Brasil, principalmente com a presença da Congregação Cristã, nos trinta primeiros anos do século XX.

Com o aumento no número de igrejas, os líderes assembleianos atentaram para a importância das reuniões periódicas de alcance nacional, que tratassem de temas ligados à manutenção da identidade, da unidade doutrinária e demais assuntos administrativos, pois perceberam a necessidade de uma nova maneira de organização, num momento em que a Igreja experimentava um extraordinário crescimento.

Foram, assim, realizados entre 1930 e 2005 mais de quarenta encontros da liderança da Assembleia de Deus, no intuito de discutir assuntos doutrinários administrativos, teológicos, ministeriais, entre outros. Foram 37 encontros chamados de “Convenção Geral” (CGADB) e quatro semanas bíblicas (que igualmente privilegiavam o caráter de discussão). Para os líderes assembleianos, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil era “fruto de uma percepção que pouco a pouco foi cristalizando-se no seio da liderança pentecostal em todo país, [mas reconheciam que] como acontece com toda a idéia, ela teve seus catalisadores”.¹⁵ De fato, não eram poucos os debates realizados nessas Assembleias Gerais. Sempre muito concorridos, os temas levantados pelos convencionais eram debatidos, votados e, após o “consenso”, eram redigidas as resoluções com as diretrizes que valeriam para todas as congregações espalhadas pelo Brasil.

O início dessa movimentação em prol de uma maior institucionalização e organização da Igreja deu-se com o primeiro encontro em 1921, na vila de São Luiz, localizada no município de Igarapé-Açu, no estado do Pará. Reunidos na casa do

pastor João Pereira de Queiroz, os presentes trataram de temas variados, como evangelização, o andamento dos trabalhos e também algumas dúvidas teológicas. Entretanto, os primeiros passos para a realização da primeira Convenção Geral só foram dados em 1929, por iniciativa dos obreiros nacionais do Norte e Nordeste.¹⁶

Até o ano de 1930, a liderança da AD estava a cargo dos missionários suecos, uma vez que, após a sua implantação no Brasil, tanto os fundadores Berg e Vingren como outros missionários vindos da Suécia e dos Estados Unidos mantinham as igrejas sem autonomia, ainda que a maioria delas fosse dirigida por obreiros brasileiros. Em razão dessa “hegemonia missionária”, antes de 1930, somente os sacerdotes estrangeiros se reuniam para decidir os assuntos inerentes à Igreja e seu andamento. Somente em 1929, os obreiros nacionais, encorajados pelo desejo de maior participação e liberdade nas decisões, passaram a organizar reuniões, o que podemos observar nas palavras de Silas Daniel:

[...] na condução dos trabalhos já estabelecidos nas regiões Norte e Nordeste, [...] se reuniram de 17 a 18 de fevereiro [...] em Natal (RN), para tomarem uma decisão. Ao final da reunião, resolveram marcar um outro encontro, também em Natal, mas desta vez reunindo tanto pastores nacionais como missionários suecos. O objetivo era expor aos missionários o desejo de ganhar autonomia.¹⁷

Foi então que em 1930, embalada pelo novo espírito de participatividade, ocorreu, entre os dias 5 e 10 de setembro, a primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus. Missionários e pastores

nacionais deliberaram sobre diversos assuntos: discussão em torno do relatório do trabalho dos missionários, a criação de um único jornal para a instituição, a polêmica questão do ministério feminino e a transferência da direção dos trabalhos aos pastores nacionais (sacramentada pela vitória do pastor nacional Cícero Canuto de Lima para a presidência da Convenção Geral das Igrejas Assembleias de Deus no Brasil).

O rádio no Brasil

O rádio, assim como os primeiros pentecostais, chegou ao Brasil nas primeiras décadas do século XX. A primeira transmissão radiofônica oficial no Brasil aconteceu em plena comemoração do Centenário da Independência no Brasil, em 7 de setembro de 1922. O discurso do presidente Epitácio Pessoa foi transmitido de uma estação de 500 W instalada no alto do Corcovado. Após o discurso, que foi captado por oitenta aparelhos de rádio, a estação reproduziu músicas líricas, conferências e concertos e interrompeu a transmissão ao fim das comemorações.¹⁸

Um ano após a experiência inicial, o governo montou, na capital carioca, uma estação de rádio que transmitia, em condições bastante precárias, programas literários, musicais e informativos. Ainda em 1923, Roquette Pinto e Henrique Morize fundaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Sob a influência da Rádio Sociedade, várias outras rádios foram fundadas, todas a partir da organização da própria sociedade, característica comum às rádios do período. As principais foram Rádio Clu-

be Paranaense, Rádio Clube de Pernambuco, a Rádio Sociedade Rio-Grandense, a Rádio do Maranhão, a Rádio Sociedade Educadora Paulista e a Rádio Clube de Ribeirão Preto.¹⁹

Em 1932 a liberação da publicidade pelo governo Vargas e os primeiros anúncios criados por Waldo Abreu marcariam a história do rádio, uma vez que, mantidas pelo dinheiro dos anúncios, as emissoras passaram a ter caráter comercial. No ano de 1935 o governo de Getúlio Vargas inaugurou a Rádio Jornal do Brasil, na qual ia ao ar o programa oficial Voz do Brasil. Nesse mesmo ano a Rádio Kosmos, de São Paulo, apresentou os primeiros programas de auditório e, no clima de efervescência, na última metade da década de 1930 seria inaugurada ainda a Rádio Nacional do Rio de Janeiro e a Rádio Tupi de São Paulo – esta última por iniciativa de Assis Chateaubriand.²⁰

A década de 1940 é considerada a “década de ouro” do rádio. Desse período são as radionovelas, bem como uma nova concepção de jornalismo, que tinha como símbolo maior o *Repórter Esso*, e a consagração dos programas de auditório, responsáveis pela promoção de ídolos do rádio, como Linda Batista, Araci de Almeida, Francisco Alves, Carmen Miranda, Orlando Silva, Sílvio Caldas.²¹ Entre a década de 1950 e 1980 o compasso do desenvolvimento do rádio foi marcado pelos avanços tecnológicos. Além da invenção do transmissor que permitiu a fabricação de aparelhos de rádio menores, surgiram também o som estéreo e a frequência modulada (FM).²²

Em suma, podemos afirmar que o rádio cumpriu um importante papel na área de comunicação, principalmente num país com as dimensões territoriais do Brasil, e os grupos evangélicos não tardaram a reconhecer as potencialidades desse meio de comunicação, iniciando a partir de 1940 suas primeiras experiências no rádio. Relata Luther King de Andrade Santana:

A partir de 1940 surgiram no Brasil os primeiros programas evangélicos no rádio e as denominações pioneiras foram a Igreja Adventista, a primeira a alcançar o rádio a nível nacional, e algumas pentecostais como a Assembleia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil Para Cristo e a Igreja Deus é Amor. O modelo desses programas nos primeiros anos era norte-americano, e posteriormente, passaram a ser idealizados por brasileiros.²³

Conforme Ricardo Mariano, o evangelismo midiático em rádio e tevê constituiu-se no mais poderoso meio para atrair e recrutar rapidamente elevado número de adeptos. No entanto, mesmo com a chegada da televisão no Brasil na década de 1950, o rádio continuou sendo o veículo preferido dos evangélicos para a propagação de suas mensagens. Para Mariano, são pelo menos três as razões para a predileção: “O menor preço de locação ou de compra das emissoras, seu baixo custo de manutenção e sua elevada audiência entre os estratos mais pobres da população.”²⁴ Alexandre Fonseca lembra que a televisão é um meio de comunicação que exige maior investimento financeiro, mas ainda assim não tem o mesmo poder de inserção das mensagens proselitista que o rádio.²⁵

Mesmo com todas essas vantagens, na Igreja Assembleia de Deus o uso da rádio não se deu sem inúmeros debates entre as lideranças, pois, ao mesmo tempo em que se reconhecia a radiodifusão como extraordinário instrumento de evangelização, reconhecia-se também seu poder na propagação de mensagens e músicas “mundanas”, além da inclinação à substituição das pregações tradicionais realizadas nos templos pelas pregações no rádio.

A radioevangelização nas Convenções Gerais das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB)

O verbete “rádio” do *Dicionário do Movimento Pentecostal* demonstra que as experiências dos pentecostais com a radio-difusão tiveram início nos Estados Unidos e na Suécia. Naquele país os pastores desde 1920 transmitiam suas mensagens a partir de estações locais, e em 1945 foi ao ar o primeiro programa evangélico.²⁶

Na Assembleia de Deus, oficialmente, foi na tarde de 12 de outubro de 1937, na cidade de São Paulo, que pela primeira vez o tema “rádio” apareceu nos debates da CGADB. Quem abriu o assunto foi o missionário suíço Albert Widemer, então pastor da Igreja Assembleia de Deus de Blumenau, com o seguinte questionamento: “É lícito pregarmos o Evangelho pelo rádio? E podem as Assembleias de Deus participar de uma sociedade evangélica de pregação pelo rádio?”²⁷

A conclusão apresentada nas atas da reunião demonstra as dificuldades por parte dos líderes assembleianos no trato desse tema. Se, por um lado, reconheciam a utilidade do rádio para o avanço dos trabalhos evangelísticos, expediente que sempre esteve em evidência na Igreja, por outro, consideravam demasiado perigosa a presença de um aparelho tão versátil e envolvente nos lares de seus fiéis. Assim, a resolução aprovada pelos convencionais tratou de encontrar uma forma de utilizar-se do rádio sem, contudo, pôr em “risco” os bons costumes que caracterizavam o cren-te assembleiano:

Aberto que foi o assunto, vários irmãos falaram, mostrando como o rádio tem servido, já em diversas partes como benção para transmitir as verdades de Deus, não obstante vermos também os perigos que o mesmo pode trazer no caso de os crentes se apegarem ao rádio, não querendo mais ir às igrejas e, mesmo que apenas adquirindo rádios, contaminando-se com as músicas mundanas e outras palestras prejudiciais que o mesmo pode trazer. O senhor nos ajudou nesse ponto, pois no finalizar, todos estavam de comum acordo de que devemos sempre aceitar os convites para cantar, tocar e pregar pelo rádio e aproveitar tais oportunidades quando trazidas por Deus. Mas quanto à questão de ter rádio, no momento atual, a Convenção achou que não devemos ter.²⁸

A Convenção também tinha sérias reservas quanto à associação da Igreja a sociedades evangélicas de transmissão de rádio, uma vez que essas organizações eram encabeçadas por Igrejas protestantes históricas, como a Igreja Batista.²⁹ Os líderes temiam que nas participações em programas controlados pelas sociedades

evangélicas houvesse tentativa de controle por parte das Igrejas “tradicionais” à forma como a mensagem pentecostal era conduzida. Do mesmo modo, as palavras dos convencionais buscavam encontrar uma forma de restrição sem, contudo, chegar à negação: “Não devemos nos associarmos [sic] a tais sociedades, pois, como pentecostais que somos, devemos estar separados de tudo que possa tolher a nossa liberdade que temos em Cristo; mas quanto a ter o microfone para irradiar as pregações, podemos.”³⁰

O arremate à discussão sobre as sociedades evangélicas de rádio foi dado por um convencional que, categoricamente, afirmou: “Eu creio que se os crente estiverem cheios do Espírito Santo, já temos nosso rádio.”³¹

Em consonância com o desenvolvimento da radiofonia no Brasil, na segunda metade da década de 1940 vários programas foram ao ar por iniciativa de pastores e missionários assembleianos. No *Dicionário do Movimento Pentecostal* encontramos referência aos principais.³² O programa do pioneiro do radioevangelismo na igreja Assembleia de Deus Lawrence Oslon, ainda que sob forte oposição, foi ao ar em 1947, na Rádio Cultura de Lavras em Minas Gerais. Em 1950, o pastor José Gomes Moreno, da cidade de Curitiba, deu início ao programa Voz Evangélica das Assembleias de Deus pela Rádio Guairacá.

Em janeiro de 1955, Lawrence Oslon lançou pela Rádio Tamoio o histórico programa Voz das Assembleias de Deus. Ainda no ano de 1955, o pastor Alcebíades Pereira de Vasconcelos propôs à Igreja de São

Luís no Maranhão a criação de um serviço de evangelização pelo rádio. Sendo aprovada a proposta, o programa utilizou, num primeiro momento, os estúdios da Rádio Ribamar, transferindo-se no ano de 1956 para a Rádio Timbira do Maranhão. Também do ano de 1955, foi ao ar o programa O Som do Evangelho na igreja de Belém do Pará. Com a transferência de Alcebíades Pereira de Vasconcelos em 1960 da capital do Maranhão para a capital do estado do Pará, a Igreja Assembleia de Deus da cidade Belém entraria numa nova fase do radioevangelismo, posto que toda a experiência de Vasconcelos nas rádios de São Luís serviu para reestruturação da radiofonia evangélica na capital paraense.³³

Com esse rápido desenvolvimento do radioevangelismo assembleiano nas décadas de 1940 e 1950, a questão da rádio novamente voltou ao temário da CGADB. A discussão aconteceu no encontro realizado em Recife, no dia 19 de novembro de 1962, aberta pelo pastor Rodrigo Silva Santana da Assembleia de Deus em Salvador, que apresentou aos convencionais a seguinte questão: “Como fazer para as Assembleias de Deus no Brasil manterem um programa oficial radiofônico diário em uma potente emissora?”³⁴ Diante da complexidade do tema, o presidente da mesa, pastor Petronilo dos Santos, pediu que o pastor Santana expusesse melhor o assunto. No entanto, a fala do líder de Salvador não foi o bastante para gerar consenso sobre o assunto, sendo para esta tarefa designada uma comissão especial por iniciativa do pastor Francisco Miranda da Assembleia de Deus em Brasília.³⁵

Aproveitando a oportunidade aberta pela matéria em apreciação, o pastor Nelson da Silva Pinto propôs a oficialização do programa de rádio *Voz das Assembleias de Deus*. Deolando Almeida, então gerente da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), pediu que, se oficializado, fosse um programa radiofônico que incluísse um quadro sobre a Escola Dominical. Como o tema era concorrido, os convencionais solicitaram que os debates fossem conduzidos somente a partir da resolução formulada pela Comissão do Rádio. A medida, no entanto, não apaziguou o clima, já que não havia concordância sobre os membros que iriam compor a comissão. O pastor João Kolenda Lemos pediu à mesa que se fizessem presentes na comissão aqueles que já possuíam experiência em programas de rádio. Após as falas de Eurico Bérgstén, Sá-tiro Loureiro e José Pimentel de Carvalho, ficou decidido que as delegações estaduais escolheriam os membros da comissão.³⁶

O parecer da Comissão do Rádio foi apresentado na manhã do dia 22 de novembro pelo pastor e já experiente radioevangelista Alcebíades Pereira de Vasconcelos, como segue:

A Comissão constatou que o problema é verdadeiramente complexo por sua grandiosa importância, não podendo, em virtude disso, resolver. Após detido e prudente exame do assunto, a Comissão propõe à Convenção Geral o seguinte:

- a) Orar a Deus para que nos conceda uma emissora, que nos proporcionará um maior rendimento quanto à evangelização pelo rádio;
- b) Fomentar, enquanto possível a manutenção dos atuais programas das igrejas locais e a criação de muitos outros;

- c) Que fique a proposta do pastor Rodrigo Santana em evidência entre nós, principalmente aos diretamente interessados na evangelização pelo rádio, como questão aberta e em estudo até se encontrar uma forma equânime para sua solução;
- d) Que de nenhuma forma e por qualquer hipótese, mesmo que venhamos a ter um programa de âmbito nacional e uma emissora própria, sejam prejudicados os programas já existentes e aqueles que vierem a existir;
- e) Que o pastor João Kolenda Lemos está à disposição de todos os atuais diretores de programas radiofônicos e também dos futuros no sentido de estes fornecerem alguma ajuda útil, inclusive por escrito;
- f) Que todos os diretores de programas radiofônicos evangélicos das Assembleias de Deus no Brasil enviem à Redação dos nossos periódicos os endereços das emissoras em que operam, constando de título do programa, horário, dia, local, prefixo e ciclagem da emissora utilizada.³⁷

Mesmo sem o conhecimento de todos os membros que compuseram a Comissão do Rádio, pode-se perceber que a indicação do pastor Kolenda Lemos sobre a importância da participação dos missionários e pastores com experiência na radioevangelização foi em parte atendida. Além do relator Alcebíades Vasconcelos, o próprio Kolenda Lemos tinha experiência no rádio, uma vez que atuou ao lado de Lourenço Osion no programa *Voz das Assembleias de Deus* entre 1951 e 1955.³⁸

Assim, a presença de ministros que já vinham atuando no rádio marcou o tom da resolução, primeiramente, pela ausência de ressalvas quanto ao uso do rádio pelos membros e seus malefícios à fé assembleiana, como o foi na resolução de 1937. Também fica claro o afã dos membros da

comissão em expandir os programas radiofônicos, sem, contudo, prejudicar os que já estava em andamento. Por fim, é interessante notar que a Resolução do Rádio, ao mesmo tempo em que não dava qualquer indicação de liberação do rádio para o uso dos membros, solicitava que os radioevangelistas comunicassem à redação dos periódicos que eram publicados pela Igreja, os programas existentes, inclusive com a ciclagem de sintonização. Os líderes assembleianos teriam deixado de lado a preocupação com o uso do rádio nos lares de seus fiéis?

Nas CGADBs realizadas após 1961 não houve registro de debates sobre a utilização de aparelhos de rádio por parte dos membros da Igreja. Todavia, pelo que consta no *Dicionário do Movimento Pentecostal*, fora da CGADB as discussões se estendiam.³⁹ Emblemático nesse debate foi o artigo do conhecido doutrinador assembleiano pastor Francisco Assis Gomes, que nas páginas da revista *A Seara* de 1969 cunhava a expressão “radiolatria”. Ainda que reconhecendo a importância dos programas de rádio, o pastor Gomes preocupava-se com vários aspectos da radiofonia: o tempo perdido pelos fiéis em torno do rádio, as “canções apaixonadas” e “indecentes”, as coisas “absolutamente inúteis”, a “chiadeira dos aparelhos”.⁴⁰ O artigo ainda repreendia aqueles rádio ouvintes que,

habitados às pregações programadas, desprezam as mensagens simples dos irmãos que não tiveram estudo. Ora a pregação do rádio tem que ser antecipadamente preparada com as boas regras da homilética e da gramática, com muito cuidado para não conter erro teológico

nem de linguagem, é diferente da feita improvisadamente [sic] no púlpito pelo “pregador da roça”. Uma coisa porém é certa: o radiolatra é árvore sem fruto na igreja. Não coopera nas despesas feitas para a extensão da obra evangélica; nem mesmo para os programas de rádio. Torna-se improdutivo! Fica em casa ouvindo o rádio sim, mas sem receber as indispensáveis instruções doutrinárias. O rádio prega, mas nem sempre doutrina. Em muitos casos a família se corrompe com a imundície que o rádio lhe transmite. Já presenciei em casa de crente, criancinhas fazendo voltas no corpo quando ouviam, pelo rádio, as músicas sambalísticas.⁴¹

Durante as convenções realizadas nas décadas de 1970 e 1980, tanto a radioevangelização como a liberação para o uso do aparelho por parte dos membros não apareceram nos registros. Entretanto, indiretamente, outros acontecimentos registrados nas Convenções Gerais comprovam que, gradativamente, a restrição ao uso do rádio nas casas dos fiéis foi perdendo força. É o caso da Convenção de 1975, na qual foi aprovada a Resolução de Santo André, que tratava das normas de usos e costumes dos fiéis.

O palco desta resolução foi o encontro realizado na cidade de Santo André, entre os dias 20 e 24 de janeiro, daí o nome pelo qual ficou conhecido esse documento histórico para a Igreja. Seu conteúdo reunia muito dos debates de 45 anos de encontros da liderança assembleiana e várias regras que já vinham sendo praticadas pelos membros desde os primórdios da Assembleia de Deus no Brasil. Chama atenção o fato de a resolução citar até mesmo a televisão, mas mesmo assim ter deixado

de lado a indicação de proibição de uso do rádio, conforme podemos notar:

A Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, reunida na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, reafirma o seu ponto de vista no tocante aos sadios princípios estabelecidos como doutrinas na Palavra de Deus – a Bíblia Sagrada – e conservados como costumes desde o início desta obra no Brasil. Imbuída sempre dos mais altos propósitos, ela, a Convenção Geral, deliberou pela votação unânime dos delegados das igrejas da mesma fé e ordem em nosso país, que as mesmas igrejas se abstenham do seguinte:

1. Uso de cabelos crescidos, pelos membros do sexo masculino;
2. Uso de traje masculino, por parte dos membros ou congregados, do sexo feminino;
3. Uso de pinturas nos olhos, unhas e outros órgãos da face;
4. Corte de cabelos, por parte das irmãs (membros ou congregados);
5. Sobancelhas alteradas;
6. Uso de mini-saias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã;
7. Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria dos seus programas; abstenção essa que se justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde;
8. Uso de bebidas alcoólicas.⁴²

A resolução nº 4/77, aprovada na Convenção Geral realizada na capital do estado de Pernambuco no ano de 1977, indica a preocupação com a rápida disseminação do rádio, propondo à Comissão de Educação e Cultura Religiosa que expedisse certificado sobre o bom nível de programas radiofônicos ou outros quaisquer veículos de

divulgação mantidos pelas Igrejas.⁴³ O que se pode perceber é que a atenção dos líderes da CGADB voltava-se nesse momento mais à qualidade dos programas do que à proibição do uso do rádio por parte dos membros.

Considerações finais

O advento do rádio colocou a Igreja Assembleia de Deus em uma situação paradoxal, já que dois aspectos que marcaram profundamente as primeiras décadas desta Igreja no Brasil passaram, diante da nova tecnologia, a gerar incômodas contradições.

O primeiro aspecto é a evangelização intensiva, ou proselitista como preferem alguns autores, que impulsionou o crescimento da Igreja nos trinta primeiros anos.⁴⁴ O segundo é a importância dada pela Assembleia de Deus aos chamados “usos e costumes”, considerados um importante elemento na formação da identidade do crente assembleiano.⁴⁵ Desse modo, ao mesmo tempo em que o rádio se apresentava como um formidável instrumento de propagação da pregação pentecostal, também atentava contra o princípio de separação que deveria existir por parte dos membros das “coisas mundanas”.

Num campo religioso cada vez mais marcado pela pluralidade e concorrência,⁴⁶ a Assembleia de Deus não teve outra opção a não ser prezar pelo aumento do número de membros e manutenção desses no corpo de membros da Igreja. Rádio e televisão foram centrais nesse debate, pois, além de extraordinários instrumentos de evangelização, podiam, pela privação ao uso, pro-

vocar perda de fiéis a outros ramos do pentecostalismo que desde a década de 1950 vinham tomando corpo no Brasil.

Semelhante ao caso da televisão,⁴⁷ a aceitação da tecnologia de radiodifusão pela Igreja Assembleia de Deus foi gradual e gerou inúmeros debates, que se arrastaram por décadas. Evidentemente, por ser um veículo de comunicação mais acessível do que a televisão, conforme já apontado, o rádio teve predileção entre os pregadores assembleianos e foi totalmente aceito ainda na década de 1970 – diferentemente da televisão, que só foi liberada formalmente em fins da década de 1990.⁴⁸ Em ambos os casos, no entanto, sobressai-se uma característica semelhante àquela observada por Lagrée na recepção das tecnologias no ultramontanismo francês: reconhecimento do potencial de evangelização das novas tecnologias, aliado à liberação do uso dos aparelhos por parte dos membros.

The debates about broadcasting inside the Assembly of God's general conventions

Abstract

Innumerable researches in Brazil approached the use of the radio for religious institutions as the Catholic Church, or the Protestant and Pentecostal segments. Though, there are few studies in history that analyzed the broadcasting of the Assembly of God Church, one of the most important Pentecostal's institutions of Brazil. So, with methodological help by specialists that have been concerned in approximating the history of the religions to the history of the techniques, mainly

the French historian Michel Lagrée, in this work we analyze the debates about the broadcasting in the General Conventions of the Brazil's Assemblies of God (CGADB).

Key words: Religion. Broadcasting. Assembly of God.

Notas

- ² LAGRÉE, Michel. *La bénédiction de Prométhée*. Religion et technologie XIXe-XXe siècle. Paris: Fayard, 1999. Tradução para língua portuguesa: *Religião e tecnologia: a bênção de Prometeu*. LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a bênção de prometeu*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2002.
- ³ DELUMEAU, Jean. Prefácio. In: LAGRÉE, Michel. Op. cit.
- ⁴ Conforme Ivan Aparecido Manoel, o chamado “catolicismo ultramontano” (1800-1960) tinha por objetivo “levar todos a: [...] aceitarem e praticarem os preceitos do ritualismo católico em sua forma romanizada; [...] repelirem o conjunto teórico e filosófico racionalista do mundo moderno; [...] aceitarem o tomismo como única filosofia válida para a humanidade; [...] recusarem o mundo capitalista e recuperarem a feudalidade como paradigma social”. MANOEL, Ivan A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004. p. 51. Augustin Wernet analisa a reação ultramontana nos seguintes termos: “Engendrado com a mesma concepção medieval unitária do Universo, esse catolicismo estava marcado pelo centralismo institucional em Roma, por um fechamento sobre si mesmo e por uma recusa de contato com o mundo moderno. Conscientes de que essa ordenação doutrinária constituía-se na força mantenedora da unidade da Igreja, os pontífices romanos, desde Gregório XVI até Pio XII, não mediram esforços para a sua consolidação”. WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática 1987. p. 40.
- ⁵ LAGRÉE, op. cit., 2002.
- ⁶ LAGRÉE, op. cit., 2002, p. 423.
- ⁷ LAGRÉE, op. cit., 2002, p. 422-423.
- ⁸ LAGRÉE, op. cit., 2002, p. 437.

- ⁹ SOUZA, André Ricardo de. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Annablume e Fapesp, 2005; SOUZA, André Ricardo de. As investidas católicas na mídia. *Rever*, v. 9, p. 27-45, 2008; CARRANZA, Brenda. *Movimentos do catolicismo brasileiro: cultura, mídia, instituição*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2005; PERUZZO, Círcia M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998; DIAZ BORDENAVE, Juan E. *Teleducção ou educação à distância: fundamentos e métodos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- ¹⁰ ASSMANN, Hugo. *A Igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986; ALDAMA Garrido M. *Radiofonia evangelica en la America Latina*. Buenos Aires: La Aurora, 1948; GOMES, Ana Maria Suman. *As ondas do evangelho: introdução à história do rádio evangélico no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, 2003; CAMPOS, Leonildo Silveira. *O milagre no ar. Persuasão a serviço de quem*. Simpósio, São Paulo: Aste, v. 5, 1982; CAMPOS, J. R. Luís de Castro. *Comunicação e religião: o rádio como meio para o crescimento das igrejas pentecostais*. *Vale*, Assis, v. 1, p. 65-73, 2005; ORO, Ari Pedro. *Religiões pentecostais e meios de comunicação de massa no Sul do Brasil*. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 50, n. 198, p. 304-334.
- ¹¹ Para a realização deste estudo utilizou-se como fonte o livro *História da convenção geral das assembleias de Deus no Brasil*, organizado pelo pastor Silas Daniel com o amparo de uma equipe da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD). Sobre a importância dos impressos institucionais publicados pelas Igrejas Pentecostais – livros de história escritos por memorialistas, manuais de doutrinas, diários de líderes, biografias, entre outros; para as pesquisas em história ver FONSECA, André Dione. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. *Revista História em Reflexão*, v. 3, p. 1-20, 2009.
- ¹² OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembleias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.
- ¹³ CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- ¹⁴ MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 29-46, 2004. p. 42.
- ¹⁵ DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 19.
- ¹⁶ DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004.
- ¹⁷ DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 23.
- ¹⁸ MOREIRA, Sonia Virginia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1998.
- ¹⁹ CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ²⁰ HAUSSEN, D. F. *Rádio e política*. Tempos de Vargas e Perón. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- ²¹ CALABRE, Lia. No tempo das radionovelas. *Comunicação & Sociedade*, v. 49, p. 64-84, 2008. CALABRE, Lia. *O rádio no Brasil (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense/UFF, Rio de Janeiro, 2002.
- ²² FEDERICO, M. E. B. *História da comunicação*. Rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ²³ SANTANA, Luther King de Andrade. *Religião e mercado: a mídia empresarial-religiosa*. *Rever*, v. 1, n. 1, p. 54-67, 2005. p. 56.
- ²⁴ MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. *Rever*, v. 8, p. 1-8, 2008. p. 76.
- ²⁵ FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. p. 76.
- ²⁶ ARAÚJO, Israel (Coord.). *Dicionário Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD. 2007. p. 722-723
- ²⁷ Convenção Geral de 1937. In: DANIEL, Silas et al. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 128.
- ²⁸ Convenção Geral de 1937. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 129.
- ²⁹ GOMES, Ana Maria Suman. Op. cit., 2003.
- ³⁰ Convenção Geral de 1937. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 129.
- ³¹ Convenção Geral de 1937. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 129.
- ³² ARAÚJO, Israel (Coord.). Op. cit., 2007, p. 722-723.
- ³³ ARAÚJO, Israel (Coord.). Op. cit., 2007, p. 724-726.
- ³⁴ Convenção Geral de 1962. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 331
- ³⁵ Convenção Geral de 1962. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 331.

- ³⁶ Convenção Geral de 1962. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004. p. 331-332.
- ³⁷ Resolução da Comissão do Rádio. Convenção Geral de 1962. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 342.
- ³⁸ Biografia de João Peter Kolenda Lemos. In: ARAÚJO, Isael (Coord.). Op. cit., 2007, p. 722-723, p. 421.
- ³⁹ ARAÚJO, Isael (Coord.). Op. cit., 2007.
- ⁴⁰ GOMES, Francisco Assis. O que tenho atribuído sobre rádio. *A Seara*, ago. 1969. In: ARAÚJO, Isael (Coord.). Op. cit., 2007, p. 727.
- ⁴¹ GOMES, Francisco Assis. O que tenho atribuído sobre rádio. *A Seara*, ago. 1969. In: ARAÚJO, Isael (Coord.). Op. cit., 2007, p. 727.
- ⁴² Convenção Geral de 1975. Resolução de Santo André. In: DANIEL et al., op. cit., 2004, p. 438.
- ⁴³ Resoluções Convencionais de 1977. In: DANIEL, Silas et al. Op. cit., 2004, p. 454.
- ⁴⁴ ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Vozes, 1985. PERBONI, Fabio. O pentecostalismo “clássico”: a Igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto. *Estudos de História*, Franca - SP v. 7, n. 1, p. 161-172, 2000.
- ⁴⁵ FONSECA, André Dionei. A “Década da Colheita”: uma reflexão sobre as ações doutrinárias na Igreja Assembléia de Deus na década de 1990. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, 2008; SILVA, Cláudio José da. *A doutrina dos usos e costumes da Assembléia de Deus*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.
- ⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ⁴⁷ FONSECA, André Dionei; ROIZ, Digo da Silva. As representações da Igreja Assembléia de Deus sobre a televisão entre 1960 e 2000. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. II, p. 185-205, 2009.
- ⁴⁸ FONSECA, André Dionei; ROIZ, Digo da Silva. Op. cit., 2009.

Fontes

Biografia de João Peter Kolenda Lemos. In: ARAÚJO, Isael (Coord.). *Dicionário Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007. p. 421.

Convenção Geral de 1937. In: DANIEL, Silas et al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 128.

Convenção Geral de 1962. In: DANIEL, Silas et al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 331

Convenção Geral de 1975. Resolução de Santo André. In: DANIEL, Silas et al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 438.

GOMES, Francisco Assis. O que tenho atribuído sobre rádio. *A Seara*, ago. 1969. In: ARAÚJO, Isael (Coord.). *Dicionário Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007. p. 727.

Resolução da Comissão do Rádio. Convenção Geral de 1962. In: DANIEL, Silas et al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 342.

Resoluções Convencionais de 1977. In: DANIEL, Silas et al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004. p. 454.

Referências

ALDAMA Garrido M. *Radiofonia evangelica en la America Latina*. Buenos Aires: La Aurora, 1948.

ARAÚJO, Isael (Coord.). *Dicionário Movimento Pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007. p. 722-723.

ASSMANN, Hugo. *A Igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2002.

_____. No tempo das radionovelas. *Comunicação & Sociedade*, v. 49, p. 64-84, 2008.

_____. *O rádio no Brasil (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O milagre no ar. Persuasão a serviço de quem. São Paulo: *Simpósio*, Aste, v. 5, 1982.

CAMPOS, J. R. Luís de Castro. Comunicação e religião: o rádio como meio para o crescimento das igrejas pentecostais. *Vale* (Assis), v. 1, p. 65-73, 2005.

CARRANZA, Brenda. *Movimentos do catolicismo brasileiro: cultura, mídia, instituição*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CONDE, Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

DANIEL, Silas. et al. *História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

DELUMEAU, Jean. Prefácio. In: LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a bênção de prometeu*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2002.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. *Teleeducação ou educação à distância: fundamentos e métodos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FEDERICO, M. E. B. *História da comunicação. Rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

FONSECA, André Dionei. Os impressos institucionais como fonte de estudo do pentecostalismo: uma análise a partir do livro His-

tória da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. *História em Reflexão*, v. 3, p. 1-20, 2009.

_____; ROIZ, Digo da Silva. As representações da Igreja Assembléia de Deus sobre a televisão entre 1960 e 2000. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. II, p. 185-205, 2009.

_____. *A "Década da Colheita": uma reflexão sobre as ações doutrinárias na igreja Assembléia de Deus na década de 1990*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, 2008.

GOMES, Ana Maria Suman. *As ondas do evangelho: introdução à história do rádio evangélico no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, 2003.

HAUSSEN, D. F. *Rádio e política*. Tempos de Vargas e Perón. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

LAGRÉE Michel. *La bénédiction de Prométhée*. Religion et technologie XIXe-XXe siècle. Paris: Fayard, 1999.

LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a bênção de prometeu*. Trad. de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2002.

MANOEL, Ivan A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

MARIANO, Ricardo. Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos. *Rever*, v. 8, p. 1-8, 2008. p. 76.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 29-46, 2004.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1998.

OLIVEIRA, Joanyr. *As Assembléias de Deus no Brasil: sumário histórico ilustrado*. Rio de Janeiro: CPAD, 1997.

ORO, Ari Pedro. Religiões Pentecostais e meios de comunicação de massa no Sul do Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 50, n. 198, p. 304-334, junho.

PERBONI, Fabio. O pentecostalismo “clássico”: a Igreja Assembléia de Deus em Ribeirão Preto. *Estudos de História*, Franca, v. 7, n. 1, p. 161-172, 2000.

PERUZZO, Cicilia M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*, Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTANA, Luther King de Andrade. Religião e mercado: a mídia empresarial-religiosa. *Rever*, v. 1, n. 1, p. 54-67, 2005. p. 56.

SILVA, Cláudio José da. *A doutrina dos usos e costumes da Assembléia de Deus*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

SOUZA, André Ricardo de. As investidas católicas na mídia. *Rever*, v. 9, p. 27-45, 2008.

_____. *Igreja in concert: padres cantores, mídia e marketing*. São Paulo: Annablume e Fapesp, 2005.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987